

# Uma experiência etnográfica numa instituição de cuidado para pessoas com deficiência<sup>1</sup>

Ubiratan Garcia Vieira (UFFS/Chapecó-SC)

**Palavras- Chave:** etnografia; pragmática; ética

## O trabalho de campo na comunidade da Figueira

Nesta comunicação irei apresentar uma reflexão sobre a experiência etnográfica na Comunidade da Figueira, uma instituição filantrópica de acolhimento de pessoas com deficiência localizada na cidade de Mariana, MG. A comunidade da Figueira era uma instituição de acolhimento de pessoas com deficiência criada em 1990 por Dom Luciano Mendes de Almeida, que foi arcebispo da arquidiocese de Mariana - MG entre 1988 e 2006. Esse dado é importante uma vez que o referido arcebispo tinha uma reputação nacional e internacional, vinculado ao movimento da teologia da libertação, presidiu a CNBB e deu uma guinada em favor dos pobres na região de atuação da arquidiocese de Mariana durante sua gestão, promovendo obras de caridade e apoiando movimentos sociais no campo. Na sua gestão, a Fundação Marianense de Educação, que até então era mantenedora apenas de ações educacionais da arquidiocese passou a funcionar como mantenedora de ações sociais apoiadas pela arquidiocese de Mariana. Inclusive a Comunidade da Figueira. O nome refere-se à “parábola da figueira”, “a que dá frutos” diziam as diretoras e as monitoras.

Os recursos materiais da Figueira eram provenientes de convênios junto à secretaria de saúde da prefeitura que disponibiliza atendimento fisioterápico no local, doações de empresas e particulares, sendo que a remuneração salarial de monitoras e assistentes de limpeza e cozinha eram provenientes da própria arquidiocese. A arquidiocese tinha a prerrogativa administrativa da Comunidade na medida que era no âmbito desta que eram definidas as ocupantes do cargo de direção, que por sua vez definia as relações de trabalho das demais envolvidas (dentro o quadro de funcionários apenas o motorista era homem). A psicóloga, a pessoa que a mais tempo trabalhou na Figueira era a pessoa que detinha certa autonomia no trabalho, na medida em que trabalhava voluntariamente. A comunidade da Figueira não tinha uma finalidade

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB

educacional, isto é, não era um espaço para a educação das pessoas com deficiência que a frequentavam. Este fato me foi ratificado, desde meus primeiros contatos, pelas responsáveis pela comunidade, pelas diretoras e a psicóloga, mas também pelas monitoras. De fato não possuía um currículo, nem pedagoga ou pedagogo. O termo acolhimento definia bem os objetivos da instituição, pois as atividades consistiam em transporte, alimentação, cuidados básico de higiene, inclusive banho para alguns, e supervisão de consumo de medicamentos quando necessário. Também as atividades consistiam na confecção de artesanatos, quando os usuárias e usuários da Figueira auxiliavam as monitoras a confeccionarem artesanatos que eram vendidos no natal. Eram realizadas também apresentações de números musicais quando o tempo na Figueira era utilizado na sua preparação. Outras atividades consistiam em exercícios matinais acompanhados por música, acompanhar monitoras em compromissos no centro da cidade, vistas ao seminário eclesiástico da arquidiocese e vistas dos seminaristas à Figueira.

A figueira era frequentada por cerca de sessenta pessoas adultas na sua quase totalidade, apresentando as mais variadas condições de participação na vida da cidade. Desde pessoas que denunciaram o município pela falta de acessibilidade na cidade e frequentavam a Figueira como espaço de convívio, até pessoas que saíam de casa quase que apenas para frequentar a comunidade, onde recebiam cuidados básicos de higiene e alimentação. A equipe de responsáveis era composta por uma diretora, uma psicóloga que trabalhava voluntariamente, cinco monitoras que cuidavam diretamente das atividades com usuários e usuárias, duas cozinheiras, uma faxineira e um motorista. As atividades começam de manhã e se estendem até as quatro da tarde. Fornecem café da manhã e de tarde e almoço. As atividades com os usuários e usuárias giravam em torno da confecção de artesanato, que era vendido no natal e a prática do desenho. Também, mas de forma menos sistemática, na preparação de números musicais que eram apresentados em dias festivos. Atividades fora da Figueira consistiam do acompanhamento de monitoras em compromissos no centro da cidade, a participação em oficinas quando oferecidas por entidades como uma associação musical da cidade. As visitas ao seminário também consistiam em oportunidades de realizar atividades fora da Figueira.

O que permitia compreender a singularidade da Comunidade eram os laços de amizade e de parentesco envolvendo as usuárias, os usuários e as responsáveis. Laços construídos ao longo dos mais de 20 anos de seu funcionamento, condicionados pelo momento e forma de inserção e

pelas experiências de afeto e desavença ali eram vividas. A relevância íntima do trabalho está muito bem marcada pelo envolvimento da vida familiar e pessoal na dinâmica organizacional da Comunidade, evidenciado pela realização de festas de aniversário, casamento e natal nesse espaço. As usuárias e os usuários também compartilhavam desses fortes laços afetivos entre si. A amizade entre usuárias do mesmo gênero e a paquera entre aqueles de gênero diferente era comum no interior da Comunidade. Todas e todos, responsáveis, usuárias e usuários relataram a relevância pessoal que tinha o convívio naquele espaço. A convivência ali concentrava boa parte das experiências vividas por todas as envolvidas. Não parecia se tratar, pois, de um espaço qualquer onde se trabalha ou onde se vai “estudar”, mas de um espaço especialmente importante na vida das pessoas que dele participavam. (VIEIRA, s/d)

O trabalho de campo na comunidade, uma das atividades de um projeto de extensão com interface com pesquisa, foi feito durante os dois anos de sua duração, entre 2011 e 2013, por mim, responsável pelo projeto, à época lotado na Universidade Federal de Ouro Preto, campus Mariana, mas também pelos bolsistas, estudantes de pedagogia e serviço social, sob minha orientação e da professora Mônica Rahme, da área de psicologia da educação, também docente da Universidade Federal de Ouro Preto. Nos primeiros oito meses do projeto foram dedicados, sobretudo, à participação da equipe nas atividades desenvolvidas na Comunidade e relatar a experiência ali vivida em encontros de orientação semanais. Embora, contribuir com as atividades desenvolvidas pela comunidade na promoção de relações entre pessoas com e sem deficiência na cidade, fosse o objetivo do projeto de extensão, neste primeiro momento precisávamos conhecer a vida naquela comunidade. De fato não sabíamos que atividades poderíamos desenvolver, tínhamos apenas o princípio de contribuir com “contatos mistos” entre pessoas com e sem deficiência na cidade. Uma releitura normativa de um conceito proposto por Erving Goffman.

Erving Goffman utiliza o conceito de contatos mistos para se referir a “the moments when stigmatized and normal are in the same ‘social situation’ that is, in one another's immediate physical presence, whether in a conversation-like encounter or in the mere co-presence of an unfocused gathering” (GOFFMAN, 1963, p. 23). O estigma refere-se a um tipo de relação interpessoal em que há uma discrepância entre a identidade virtual e identidade real de uma pessoa com um atributo, uma marca corporal ou comportamental estereotipada de tal forma que o encontro com a identidade real da pessoa que possui tal atributo é estruturado pelo estereótipo, identidade virtual, a este

associada. Tal tipo de relação só é possível na medida em que pessoas estigmatizáveis e estigmatizáveis (normais, nos termos de Goffman) se encontram. “By definition, of course, we [normals] believe the person with a stigma is not quite human. On this assumption we exercise varieties of discrimination, through which we effectively, if often un-thinkingly, reduce his life chances (GOFFMAN, 1963, p. 14). Trata-se, pois, de uma relação de poder na medida em que é em contraposição à pessoa estigmatizada que a pessoa estigmatizante é normal, isto é, sem estigma, superior, melhor, em fim, sem estigma. Esse uso da primeira pessoa no plural e a linguagem ofensiva de Goffman nesse texto, mostra que o autor se dirige ao leitor estigmatizante. O que pode explicar por que esta obra angustia pessoas com deficiência, por exemplo (ver fórum sobre o 50º aniversário da publicação de *Estigma*, BRUNE *et al.*, 2014). Porém, se é nos contatos mistos que o estigma ocorre é também nessa relação mista que a autoafirmação e reconhecimento da identidade real, quem de fato a pessoa marcada é, ocorrem.

Então mesmo sem saber o que fazer ao certo o que propor como atividade de extensão na Figueira, partimos do princípio de que as ações deveriam visar o contato entre as pessoas com deficiência, usuárias e usuários da comunidade, e as pessoas sem deficiência na cidade de Mariana. Nos orientamos também pela ética do cuidado que decorre da constatação da vulnerabilidade e interdependência humana, conforme a perspectiva feminista sobre o modelo social de deficiência (DINIZ, 2003, 2007).

Partindo desses pressupostos, então, decidimos iniciar conhecendo a realidade do convívio na comunidade para poder propor alguma atividade que fosse de encontro aos elementos já presentes que remetessem aos contatos mistos. Visitamos a comunidade para encontros com as responsáveis mas também para acompanhar as atividades nas salas, participamos das atividades especiais realizadas fora desta, como a visita ao seminário e apresentação de números musicais. A equipe de bolsistas participou das atividades desenvolvidas na comunidade. Essa observação participante mais sistemática ocorreu durante os oito primeiros meses. Pelo menos três vezes por semana as bolsistas de pedagogia e serviço social deveriam frequentar a comunidade e participar das atividades e do cotidiano e anotar suas observações em um caderno de campo. Deveriam realizar também relatórios quinzenais. Acompanhamos essa experiência através das reuniões de orientação nas quais procurávamos problematizar as experiências relatadas sobretudo quanto ao lado no qual as bolsistas se colocavam na comunidade.

O primeiro aspecto que chamou nossa atenção na experiência etnográfica das e do bolsista se deu em relação ao seu encontro com as monitoras. Uma diferença clara entre as bolsistas de pedagogia e de serviços social se colocava. Enquanto que as primeiras julgavam negativamente o trabalho das monitoras pela falta de uma orientação pedagógica no planejamento e execução das atividades e sua escolarização. As segundas julgavam negativamente as condições de trabalho destas, sobretudo pelo atraso no pagamento dos baixos salários e a falta de perspectiva melhora das condições de trabalho. Não que as observações estivessem particularmente erradas ou falhas. Porém, as bolsistas assumiam, sobretudo as de pedagogia, um lugar concorrente e de frustração em relação ao que as monitoras faziam. As monitoras por sua vez, viam a presença das bolsistas como uma oportunidade de dividir as tarefas, inclusive para se dedicar a outras atividades enquanto deixavam as bolsistas supervisionando as atividades. Uma monitora chegou a pedir a uma das bolsistas que ficasse com a turma um certo dia para ela poder tratar de assuntos particulares. Essa empatia ou falta dela foi problematizada nas orientações para que fosse reconhecido esse lugar ambíguo que os bolsistas ocupavam de estranhos e estranhas a observar. Valorizando ao mesmo tempo essa proximidade encontrada na relação das e dos bolsistas com usuários e usuárias e monitoras. Um lugar mais próximo das monitoras como um resultado do próprio convívio das bolsistas na instituição. A partir daí, facilitada por essa ambiguidade afinal supervisionando as usuárias e usuários as bolsistas e os bolsistas tinham a oportunidade de conversar e observar e assim puderam mudar o foco de suas avaliações das monitoras para a observação das relações entre todas e todos os envolvidos inclusive as próprias bolsistas e a escuta das usuárias e usuários.

Essa mudança de foco foi importante para reconhecer e ganhar empatia com as pessoas na Figueira. Auxiliando as monitoras no seu dia a dia as bolsistas puderam conhecer a experiência de vida na Figueira e as relações que ali se desenvolviam. Transcorrido esse primeiro momento de reconhecimento que foi a observação participante iniciamos, já no final do primeiro ano de projeto uma participação mais direcionada à obtenção de informações sobre as demandas que apresentavam os usuários e usuárias da Figueira. Dentre estas nos interessavam particularmente aquelas demandas que poderiam se traduzir em atividades de extensão visando os contatos mistos. Mesmo após o trabalho de campo propriamente dito, a

reflexão sobre a experiência de convívio com a comunidade continuou durante a realização de atividades de extensão.

Uma tentativa inicial de promover essas atividades se viu frustrada. Uma das usuárias cantava no coral da igreja próxima onde morava, porém não participava dos ensaios do coral que aconteciam entre semana. Articulamos uma bolsista para acompanhar o caso e fazer um levantamento sobre a possibilidade dela comparecer aos ensaios. Descobrimos que ela precisava de companhia para se locomover até a igreja dado as condições da calçada e a necessidade dela mesma de ser acompanhada. Os membros de sua família alegaram não ter tempo para isso e os participantes do coral ninguém se disponibilizou. Isso nos mostrou os limites de nossas expectativas e ao mesmo tempo nos deu razões para a existência da Figueira sobretudo no que se refere à extrema avaliação positiva que desta tinham os usuáries e usuáries.

Mudamos nossas ações e equacionamos as demandas propriamente explicitadas por usuáries e usuáries às nossas possibilidades e princípios de nossa atuação. Foi assim que promovemos a feitura do cartões de passe livre para ônibus para um grupo de usuáries e usuáries da Figueira, mas também da APAE da cidade. Os responsáveis na secretaria de assistência social se disponibilizaram a ir à Figueira, porém tendo como princípio os contatos mistos promovemos a ida destes à secretaria de assistência social. Numa ação conjunta com a APAE doze pessoas conseguiram o passe livre. Esta ação foi precedida de uma atividade pedagógica, na Figueira e na APAE, na qual era problematizada o uso de ônibus e a necessidade de fazer ou não o passe livre. As próprias pessoas com deficiência manifestaram seu desejo de fazer a carteira de passe livre.

Essa ação nos deu impulso para uma outra atividade, uma gincana sobre os direitos da pessoas com deficiência. Partindo do princípio dos contatos mistos organizamos um grupo de vinte estudantes universitários, sobretudo os estudantes do primeiro e segundo período de jornalismo para os quais dava aula, que formariam equipes mistas com usuáries e usuáries da Figueira. Definimos provas abordassem a acessibilidade e os contatos mistos. Assim as equipes deveriam registrar locais inacessíveis no centro da cidade e promover selfies dos usuáries e usuáries da Figueira e transeuntes no centro da cidade. Outra atividade foi a solicitação de documentos, RG e título de eleitor, junto a câmara de vereadores e o escritório do TRE da cidade. A preparação da gincana incluiu a realização de atividades pedagógicas junto aos usuáries

e usuárias da Figueira sobre esses temas. Paralelamente desenvolvemos atividades com o grupo mais vulnerável. Passeios acompanhados de bolsistas à praça principal da cidade, o chamado jardim. Ambas atividades foram bastante significativas.

A realização da gincana em dois dias culminou com uma passeata no centro da cidade no sábado de manhã com a participação da APAE. Foram ao todo mais de 50 pessoas com deficiência ocupando as ruas da cidade. Uma atividade que contou com a parceria de lideranças do movimento de pessoas com deficiência de Mariana. Os passeios ao jardim, significaram a revelação do cuidado, uma vez que crianças e adultos se aproximavam das pessoas com deficiência por curiosidade e simpatia. Estas também aproveitaram.

Há muitos detalhes significativos nessas atividades que excedem o espaço e o tempo para redação deste artigo. Nos últimos meses do projeto, após essas importantes atividades de extensão, retomamos a pesquisa e fizemos entrevistas semi-estruturadas nos lares de pessoas com deficiência que frequentam a Figueira, com o objetivo de conhecer sua trajetória escolar, suas relações afetivas e suas definições de deficiência. A análise dessas informações ainda está para ser feita.

## **A reflexão sobre a experiência de convívio com a comunidade**

Retomando o trabalho de campo realizado no início das atividades do projeto irei apresentar agora: (1) a análise do uso dos termos “meninos” e “professoras” e a forma como tais usos remetem ao (não) lugar da instituição no sistema de ensino municipal; (2) as implicações éticas e políticas da abordagem proposta.

### **“Meninos” e “professoras”?**

Um fato que nos chamou a atenção desde o início foi o uso dos termos que podemos reconhecer em ambientes educacionais formais, no caso, “meninos” e “professoras”, para designar papéis sociais na comunidade da Figueira. A Figueira pelas características já mencionadas não tinha finalidade educacional mas de acolhimento, de suprir necessidades básicas, inclusive de convívio social. A articulação entre a teoria etnográfica de Howard Becker e a análise pragmática social do uso da linguagem de Jakob L. Mey se mostrou frutífera para a compreensão do lugar que ocupava a Figueira

no contexto educacional da cidade de Mariana. Becker (1998, p. 151-8) apresenta a importância de compreender a fala estranha que as pessoas usam para estabelecer distinções entre coisas e pessoas. O “macete”, nos mostra Becker, é reparar no uso de termos estranhos (ou, porque não, estranhar o uso de termos comuns) e, a partir daí, procurar descrever quais são as condições que tornam esse uso adequado a uma determinada atividade. Não apenas em termos das relações interpessoais que essa atividade envolve, mas a partir daí, aprofundar a descrição focando nas condições sociais em que se dão essas relações, os valores morais compartilhados e os arranjos institucionais, inclusive em termos de recursos materiais, associados.

Assim, o uso dos termos “meninos” e “professoras”, quando os tomamos a partir do das pessoas que participavam da comunidade da Figueira, apresentava uma correspondência com a realidade escolar que não constituía uma fantasia ou uma infelicidade referencial. Não apenas o uso de uniformes, a mimese do calendário escolar (férias, dias festivos) e a organização das atividades em salas, davam sustentação à realidade desta correspondência. O uso de “professoras”, sobretudo pelas usuárias e usuários da salas que já tiveram experiência escolar, a sua maioria, colocava a Figueira no sistema de ensino de Mariana. Além destas a Figueira era frequentada por pessoas que ou já haviam frequentado a escola especial, no caso a APAE, ou a frequentavam no “contra-turno” da Figueira. Por outro lado, o município contava com monitoras para o atendimento educacional especializado nas escolas comuns, uma sala de recursos multifuncionais em uma escola estadual e uma escola exclusiva para pessoas com deficiência, no caso a APAE. A organização da educação de pessoas com deficiência na cidade e a participação da Figueira nessa organização, parecem apontar na perspectiva de muitas pessoas com deficiência que frequentavam a Figueira que este espaço constitui a possibilidade de estar na escola.

É essa realidade que gostaríamos de nos referir quando descrevemos o uso do termo “professoras” na Figueira. Quanto ao uso do termo “meninos” por parte das responsáveis, nesse caso, à referência escolar se soma uma outra. Quando as responsáveis falavam entre si referiam-se às usuáries e usuáries usando os termos “meninos” ou “meninas” distinguindo gêneros. Nesse tipo de cena encontramos uma orientação para uma correspondência entre a Figueira e o sistema escolar da cidade. Mas quando falavam conosco sobre as usuáries e usuáries genericamente utilizavam apenas “meninos”, no masculino, e sentiam-se na necessidade de se explicar recorrendo



a uma certa teoria. A “idade mental” das pessoas. De que apesar da idade apresentava uma capacidade cognitiva e comportamental equivalente a de uma criança. Uma teoria que parece decorrer do fato de que as usuárias e usuários da Figueira eram, na sua quase totalidade, adultos ou jovens adultos e de que as responsáveis partiam do pressuposto formal de que a Figueira não constitui um espaço escolar. Em todo caso, uma justificativa para o uso do termo com alguém que é de fora da Figueira. Sem chegar a ser a correção de uma ato falho a justificativa, no caso a apresentação da tese da “idade mental” como justificativa para o uso do termo “meninos” parece ser o efeito de uma censura.

Em todo caso o uso de “meninos” e de “meninas” entre responsáveis e o uso de “meninos”, seguido de justificativa, entre responsáveis e nós da equipe de extensão parece mostrar esse entre lugar de uma relação formal da Figueira enquanto uma instituição de acolhimento de pessoas com deficiência e informal na medida em que esse acolhimento se dá num sistema de segregação pela via educacional.

A articulação com a análise pragmática social do uso da linguagem de Jakob L. Mey (2009) se dá em vários aspectos. Em relação ao “macete” de Becker sobre como conhecer formas de distinção a partir da pesquisa etnográfica de designações, a abordagem pragmática social de Mey contribui para compreender a realidade social da linguagem na medida em que para este autor a análise linguística deve se dar a partir das usuárias e usuários da linguagem e não dos usos. Nesse sentido a análise é a do contexto de uso e não a do uso em si. Entretanto, Mey parte do paradigma da indexicalidade onde o contexto entra como elemento que tira a ambiguidade ao sentido da linguagem. A correspondência, um problema semântico, perderia sentido. Porém o uso dos termos “meninos” e “professoras” parecem mostrar uma correspondência institucional.

## **As implicações éticas e políticas da abordagem proposta**

No que se refere às implicações éticas e políticas da abordagem proposta, essa articulação entre pesquisa etnográfica e análise pragmática social permite refletir sobre os aspectos intrinsecamente éticos e políticos do uso da linguagem conforme propõe Kanavillil Rajagopalan e, em particular, da “escrita” etnográfica conforme propõe Howard Becker. Também permite refletir sobre os dilemas da emancipação como ponto de partida da pesquisa etnográfica nos Estudos sobre Deficiência colocados por John M. Davis e por Nicholas Watson.

Essa ênfase nos usuários da linguagem proposta por Mey possui implicações para a forma como entendemos a linguagem como um fenômeno social. É que ao tomar a linguagem como algo abstrato, nos esquecemos que nós mesmos usamos a linguagem para um determinado fim. Esse caráter volitivo do uso da linguagem nos permite reconhecer nossa responsabilidade nas escolhas que fazemos. Há determinantes sociais, sobre tudo institucionais e rituais que delimitam o que podemos dizer. Porém ainda assim há diferentes possibilidades do dizer e mesmo dentro dessas restrições precisamos ainda dizer correspondendo a essas determinações. Assumimos assim linguisticamente nossa responsabilidade por nossas obrigações sociais. Então, a pragmática social permite perceber que os usuárias e usuários da linguagem são agentes responsáveis pelo uso da linguagem conforme propõe Kanavillil Rajagopalan (2010). As implicações se desdobram para a perspectiva da própria ou do próprio pesquisador pois participando de um contexto totalmente diferente falamos e escrevermos fazendo escolhas sobre os termos que usamos para nos referir a coisas e a pessoas.

Em diferentes momentos tais reflexões nos permitiram orientar a nossa própria prática de uso de termos no campo. As bolsistas inicialmente, o que faz pleno sentido, utilizavam o termo “meninos” na mesma dinâmica relacional que as monitoras. Problematizamos essa coincidência com as bolsistas e o resultado foi a escolha deliberada de outros termos. No caso “usuárias” e “usuários”. Ou o uso de epítetos de polidez com as usuárias e usuários mais velhos: “o senhor”, “a senhora”, “dona”. Uma certa usuária riu quando a chamamos de dona. Essa responsabilidade também remete ao público ao qual se dirige uma comunicação científica como esta, pois, por mais que seja remota a possibilidade das pessoas envolvidas na comunidade lerem este artigo, a relação que estabelecemos com as pessoas na Figueira nos orientam numa escrita mais responsável.

Essa questão da responsabilidade no uso da linguagem remete aos dilemas da emancipação como ponto de partida da pesquisa etnográfica nos Estudos sobre Deficiência conforme colocados por John M. Davis e por Nicholas Watson. A emancipação se insere no contexto da próprio surgimento dos estudos sobre deficiência no Reino Unido e remete ao papel político que tinha a participação das pessoas com deficiência inclusive na pesquisa. Porém Watson (2012) considera os riscos que um viés político podem implicar para a realização de pesquisas sociais de qualidade sobre deficiência. Davis (2000) já considera que o papel emancipador do pesquisador pode se

dar em outro nível de interação que não a da pesquisa, a medida em que este seja capaz de atuar no âmbito das políticas públicas.

O que a reflexão sobre as implicações éticas do uso da linguagem parece mostrar que não há escapatória para o posicionamento político, mesmo que o estilo axiologicamente neutro da descrição seja acionado. Estilo este que aliás é uma escolha ou pelo menos uma obrigação assumida. É que sempre é possível alternar os termos e o reconhecimento desta possibilidade já se torna um elemento emancipatório. Na pesquisa etnográfica com pessoas com deficiência, é sempre possível alternar a observação com a intervenção desde que sejam respeitadas as demandas e as consequências das ações. Nesse sentido talvez mais do que ter a emancipação como ponto de partida uma pesquisa que de fato possa reconhecer o lugar social de pessoas com deficiência deveria ser antecipatória dos efeitos que a pesquisa pode ter sobre a comunidade pesquisada (cf. Mey, 2012)

## Referências.

Becker, H. S. (1998). *Tricks of trade: how to think about your research while you're doing it*. Chicago: University of Chicago Press.

Brune, J., Garland-Thomson, R., Schweik, S., Titchkosky, T., & Love, H. (2014). Forum Introduction: Reflections on the Fiftieth Anniversary of Erving Goffman's Stigma. *Disability Studies Quarterly*, 34(1).

Goffman, E. (1963). *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. London: Penguin Books.

Davis, J. M. (2000). Disability Studies as Ethnographic Research and Text: Research strategies and roles for promoting social change? *Disability & Society*, 15(2), 191–206.

Diniz, D. (2003). Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, 28, 1–8.

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense.

Mey, J. L. (2009) Pragmatics: overview. In *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. 2a ed. Oxford: Elsevier (pp. \_\_–\_\_).

Mey, J. L. (2012). Anticipatory pragmatics. *Journal of Pragmatics*, 44(5), 705–708.

Rajagopalan, K. (2010). *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola.

Watson, N. (2012) Researching disablement. In: Watson, N., Roulstone, A. and Thomas, C. (eds.) Routledge Handbook of Disability Studies. Routledge: London, UK, pp. 93-106.

Vieira, U.G. (s/d) "Meninos" e "professoras"? Pragmática social numa instituição de cuidado de deficientes. DELTA. no prelo.